

# POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL

## de resolução adequada das demandas de assistência à saúde: PLANO NACIONAL

---

**Richard Pae Kim - Conselheiro do CNJ. Supervisor do FONAJUS – Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde. Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH. Mestre e Doutor em Direito pela USP. Pós-doutorado em políticas públicas pela UNICAMP. Professor do Curso de Mestrado em Direito Médico da UNISA. Editor-Chefe da Revista Internacional de Direito da Saúde Comparado (Comparative Health Law Journal)**

# DESAFIOS – fonte DATAJUS CNJ

2020 – TOTAL de 345 mil ações distribuídas  
210 mil ações na saúde pública + 135M  
suplementar

2021 – TOTAL de 387 mil ações distribuídas  
250 mil ações na saúde pública + 137M  
suplementar

2022 – TOTAL de 460 mil ações distribuídas  
296 mil ações na saúde pública + 164M  
suplementar

# DESAFIOS – fonte DATAJUS CNJ -

2023

2023 (até 31.7) – TOTAL de 325 mil ações distribuídas

200 mil ações na saúde pública + 125,4 M suplementar

## PROJEÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2023

a) TOTAL - 550 mil ações - aumento de 19%

b) Saúde pública – 340 mil ações – aumento de 15%

c) Saúde suplementar – 210 mil ações - aum. 12,7%

# ESTATÍSTICA DE JULGAMENTOS

– fonte DATAJUS CNJ - 2023 -

RESULTADOS DE JULGAMENTOS (2020 a 2023)  
SAÚDE PÚBLICA - 186.686 processos

- a) PROCEDÊNCIA - 137.888 - 74%
- b) PROCEDÊNCIA PARCIAL - 19.170 - 10,2%
- c) IMPROCEDÊNCIA - 25.841 - 13,8%
- d) ACORDO - 3.787 - 2%

# ESTATÍSTICA DE JULGAMENTOS

– fonte DATAJUS CNJ - 2023

RESULTADOS DE JULGAMENTOS (2020 a 2023)  
SAÚDE SUPLEMENTAR – 107.617 processos

- a) PROCEDÊNCIA – 48.838 – 45,4%
- b) PROCEDÊNCIA PARCIAL – 28.060 – 26,1%
- c) IMPROCEDÊNCIA – 15.155 – 14%
- d) ACORDO – 15.564 – 14,5%

ANOS DE 2019 a 2022

## Tipo de medicamento

1. Ranibizumabe - 41 NT - 783
2. Rivaroxabana - 19 NT - 773
3. Bevacizumabe - 19 NT - 414
4. Rituximabe - 18 NT - 443
5. Pembrolizumabe - 11 NT - 479
6. Nivolumabe - 11 NT - 423
7. Dupilumabe - 9 NT - 351
8. Aflibercepte - 6 NT - 738
9. Esilato de Nintedanibe - 2 NT - 772
10. Acetato de Abiraterona - 2 NT - 497
11. Tetraidrocanabinol + Canabidiol - 1 NT

ANO DE 2019 a 2023

## Tipo de procedimento

1. Artroplastia - 30 NT - 658
2. Consultas (especializadas e outros) - 20 NT- 808
3. Internação (Compulsória, Home care e outras) - 9 NT - 610
4. Cateterismo - 8 NT – 132
5. VAGA HOSPITALAR - 259 \*

ANO DE 2023

## Tipo de medicamento

1. Tetraidrocanabinol + Canabidiol - 536 NT
2. Esilato de Nintedanibe - 462 NT
3. Rivaroxabana - 461 NT
4. Aflibercepte - 408 NT
5. Dapagliflozina - 392 NT
6. Pembrolizumabe - 367 NT
7. Dupilumabe - 318 NT
8. Empagliflozina - 310 NT
9. Aripiprazol - 283 NT
10. Acetato de Abiraterona - 282 NT
11. Cloridrato de Duloxetina - 278 NT
12. Rituximabe - 266 NT
13. Pregabalina - 261 NT
14. Ranibizumabe - 255 NT
15. Bevacizumabe - 236 NT
16. Enoxaparina Sódica - 234 NT
17. Insulina Glargina - 220 NT
18. Nivolumabe - 203 NT
19. Micofenolato de Mofetila - 118 NT



# POLÍTICA JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO CNJ 530/2023

## Plano Nacional – 2024 a 2029

- Ações de curto prazo (1 ano)
- Ações de médio prazo (2 a 4 anos)
- Ações de longo prazo (4 a 6 anos)
- Ações permanentes

# DESAFIOS – fonte DATAJUS CNJ -

2023

2023 (até 31.7) – TOTAL de 325 mil ações distribuídas

200 mil ações na saúde pública + 125,4 M suplementar

## PROJEÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2023

a) TOTAL - 550 mil ações - aumento de 19%

b) Saúde pública – 340 mil ações – aumento de 15%

c) Saúde suplementar – 210 mil ações - aum. 12,7%

# PLANOS DE AÇÃO 1

Medidas que envolvem, resumidamente:

a) capacitação da magistratura brasileira em relação aos processos sobre direito à saúde;

b) aperfeiçoamento da plataforma e-NatJus, treinamento dos profissionais que atuam nos NatJus e ampliação do serviço para a saúde suplementar (planos 2, 3, 8 e 9);

c) criação de ambiente virtual para consulta da magistratura brasileira em relação aos temas da saúde pública e suplementar (plano 4);

# PLANOS DE AÇÃO 2

- d) especialização de órgãos judiciais para o processamento e julgamento das demandas de saúde (plano 5);
- e) criação de manual de resolução adequada de demandas em saúde (plano 6);
- f) promoção da gestão adequada dos dados sobre a judicialização da saúde (plano 7);

# PLANOS DE AÇÃO 3

g) fomento da conciliação e da mediação em saúde, inclusive na modalidade on line (planos 10 e 12);

h) sistematização das regras para cumprimento adequado das decisões em processos judiciais sobre saúde;

i) empoderamento e criação de cargos de servidores dos NatJus (plano 13).